



De 28 a 31 de outubro, professores, professoras e lideranças indígenas, representantes de 52 povos de todas as regiões do Brasil, reunidos no Centro de Formação Vicente Cañas, no 2º Encontro Nacional sobre Educação Escolar Indígena, debateram e refletiram sobre a situação da educação escolar indígena no Brasil. Os indígenas reivindicaram uma educação que valorize os saberes tradicionais e contemple as especificidades de cada etnia.

Confira aqui o documento final do encontro:

Nós, professores, professoras e lideranças indígenas, representantes de 52 povos de todas as regiões do Brasil, reunidos no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), no 2º Encontro Nacional sobre Educação Escolar Indígena, debatemos e refletimos sobre a situação da educação indígena e a educação escolar indígena no Brasil.

Considerando toda a caminhada das comunidades, professores e lideranças de todo o Brasil, nós professores indígenas, somos os pioneiros em abraçar a causa de uma verdadeira educação indígena e neste 2º Encontro soltamos os nossos gritos de guerra “Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito” e “Direitos conquistados não podem ser negados”.

Durante esses quatro dias analisamos a conjuntura política nacional e percebemos o aprofundamento do ataque aos nossos direitos. Diante disso, protocolamos no Palácio do Planalto um documento onde apontamos as dificuldades que encontramos para podermos fazer uma educação específica, diferenciada e de qualidade nas comunidades. Sabemos que a educação escolar indígena já é um direito conquistado e que vem sendo negado; conhecemos o Modelo de Educação Própria, ouvindo sobre a experiência do povo indígena Shuar, do Equador; refletimos sobre a escola colonizadora, que tem o currículo como conteúdo e a escola

descolonizada, que tem o currículo como identidade; e refletimos ainda sobre sistemas abertos. Dessa forma, entendemos a Educação Escolar Indígena como um foco principal da nossa realidade, na luta pela sobrevivência em nossos territórios, pelos nossos saberes, pelas tecnologias, nossos modos de produção e nossas cosmologias.

Leia mais: Professores indígenas protestam em Brasília pela demarcação das terras e melhorias na educação

Diante dos fatos acontecidos nas escolas dentro das aldeias, viemos repudiar a omissão dos Estados e municípios, que não priorizam o investimento de recursos nas escolas indígenas, as interferências que vem sendo impostas como obstáculos para não sistematizar os currículos indígenas no sistema nacional de educação; a não consulta e participação ativa dos povos indígenas na criação das Universidades Indígenas e outras instâncias públicas; a não participação de professores e lideranças indígenas na reformulação dos currículos.

Queremos através deste documento dizer aos governantes, que as nossas escolas indígenas sejam reconhecidas e respeitadas, obedecendo os sistemas de educação próprio de cada povo, cada um com suas especificidades, no seu modo de ser, viver, se organizar, de relacionar com o sagrado, reconhecendo nossas bibliotecas que oferecem nossos livros práticos, as nossas disciplinas tradicionais que se encontram dentro dos nossos territórios. Que as esferas federais, estaduais e municipais reconheçam a autonomia das escolas indígenas. Este encontro foi para nós um fortalecimento cultural tratando com muito respeito, delicadeza o conhecimento e as sabedorias dos nossos ancestrais.

Fonte: Conselho Indigenista Missionário - Cimi